

VOL I

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL I

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. ^a Dr. ^a Sílvia Inés del Valle Navarro Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez
Imagem da Capa	Artem Oleshko
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile



Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, USA*
 Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
 Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
 Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
 Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
 Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
 Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
 Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
 Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
 Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
 Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
 Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
 Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría", Cuba*
 Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
 Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru*
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas [livro eletrônico] : estudos para uma visão holística da sociedade: vol I / Silvia Inés Del Valle Navarro, Gustavo Adolfo Juarez. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-37-8

DOI 10.37572/EdArt_270621378

1. Ciências humanas. 2. Desenvolvimento humano. 3. Estudos culturais.
 I. Del Valle Navarro, Silvia Inés. II. Juarez, Gustavo Adolfo.

CDD 300.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

ESTUDIOS CULTURALES Y DESARROLLO HUMANO

*“Só quem pode surgir com o povo é o novo.
E o novo são as crianças.
Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos” ...*

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio
São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este libro, titulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge mientras transitamos un momento muy particular para nuestra especie humana, en donde se ve amenazada su existencia en forma global. Es por ello, que debe valorarse el esfuerzo de numerosos autores e investigadores que todavía sienten la necesidad y el deseo de entregar sus esfuerzos en la causa de la difusión de resultados de sus trabajos científicos.

Mientras esperamos soluciones, que resguarden al bienestar en la Salud y con ello en la recomposición de la Economía y Educación, por el retraso que esta situación pandémica produce, queda la esperanza de que el replanteo social en las estructuras de las sociedades nos lleven a valorar los resultados que hasta ahora nos ha permitido sobrevivir. Por lo tanto, en esta obra, donde el conjunto de capítulos reflejan la inherente participación en la diversidad de temáticas planteadas, están agrupados trabajos considerados desde el perfil profesional de cada temática asumida por autores de diversos lugares del planeta.

En el Primer Volumen, que tiene como eje temático **ESTUDIOS CULTURALES Y DESARROLLO HUMANO**, se detallan éstos aspectos que se reflejan en las disímiles comunidades que son estudiadas e investigadas por algunos autores en las problemáticas locales mostrando sus inquietudes, tanto a nivel etario, como de sus actividades, o profesiones.

Esperando que estos trabajos sean de gran aporte a los lectores, les deseamos una buena lectura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO
GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

APRESENTAÇÃO

ESTUDOS CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

*“Só quem pode surgir com o povo é o novo.
E o novo são as crianças.
Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos”...*

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio
São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este livro, intitulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge enquanto vivemos um momento muito particular para nossa espécie humana, onde sua existência está ameaçada globalmente. Por este motivo, deve ser valorizado o esforço de inúmeros autores e investigadores que ainda sentem a necessidade e o desejo de se empenharem na causa da divulgação dos resultados dos seus trabalhos científicos.

Enquanto esperamos por soluções que protejam o bem-estar na Saúde e com ela na recomposição da Economia e da Educação, pelo atraso que esta situação pandêmica produz, espera-se que o repensar social nas estruturas das sociedades nos leve valorizar os resultados que até agora nos permitiram sobreviver. Portanto, nesta coletânea, onde o conjunto de capítulos refletem a participação inerente à diversidade das questões levantadas, se agrupam obras consideradas a partir do perfil profissional de cada disciplina assumida por autores de diversas localidades do o planeta.

No Primeiro Volume, que tem como eixo temático ESTUDOS CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO, detalham-se esses aspectos que se refletem nas comunidades díspares que são estudadas e investigadas por alguns autores em problemas locais mostrando suas preocupações, tanto em nível de idade, quanto em suas atividades, ou profissões.

Esperando que esses trabalhos sejam de grande contribuição para os leitores, desejamos uma boa leitura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO
GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....1

A DESINFORMAÇÃO NA HISTÓRIA: AS FAKE NEWS NO CASO DREYFUS E NA ERA DIGITAL

[Denise Paro](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213781

CAPÍTULO 2..... 10

INTELIGENCIA EMOCIONAL RASGO Y PERSONALIDAD

[Èlia López-Cassà](#)

[Núria Pérez-Escoda](#)

[Albert Alegre Rosselló](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213782

CAPÍTULO 3..... 20

REVISIÓN TEÓRICA Y EMPÍRICA DEL ESTUDIO DE LAS FORTALEZAS Y VIRTUDES EN EL CURSO DE VIDA ADULTO

[Franco Morales](#)

[Claudia Josefina Arias](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213783

CAPÍTULO 4.....28

PSICOANÁLISIS CON NIÑOS: JUEGO Y SIGNIFICANTE EN EL RECORRIDO PULSIONAL

[Celeste Ghilioni](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213784

CAPÍTULO 5.....36

IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD: UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS EN EL DESARROLLO DE LA SENSIBILIDAD SOCIAL DE UN GRUPO DE ADOLESCENTES DESINSTITUCIONALIZADOS

[Clody Genaro Guillén Albán](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213785

CAPÍTULO 6 51

MEASURING THE STRUCTURAL VALIDITY OF TWO NORDOFF-ROBBINS SCALES FOR A PATIENT WITH AUTISM

Aline Moreira Brandão André

Cristiano Mauro Assis Gomes

Cybelle Maria Veiga Loureiro

DOI 10.37572/EdArt_2706213786

CAPÍTULO 7 67

ACTIVIDAD SEXUAL, FRECUENCIA Y SATISFACCIÓN DE HOMBRES Y MUJERES MAYORES

Isabel Piñeiro Aguín

Susana Rodríguez Martínez

Iris Estévez Blanco

Bibiana Regueiro Fernández

Marcia Galina Ullauri Carrión

DOI 10.37572/EdArt_2706213787

CAPÍTULO 8 78

A MULHER ENCARCERADA: UM BREVE CAMINHO HISTÓRICO-SÓCIO-CULTURAL DA MULHER E A SUA VULNERABILIDADE

Sylvio Takayoshi Barbosa Tutya

Maria Elisa de Lacerda Faria

Bianca da Silva Muniz

Thamyres Ribeiro Pereira

DOI 10.37572/EdArt_2706213788

CAPÍTULO 9 93

LIDERAZGO FEMENINO BAJO EL BUEN VIVIR Y LA COSMOVISIÓN ANDINA

Carolina Bown

DOI 10.37572/EdArt_2706213789

CAPÍTULO 10 102

LAS NUEVAS FORMAS LABORALES: SU IMPACTO SUBJETIVO Y EFECTOS EN LA SALUD/SALUD MENTAL

María Flaviana Ponce

DOI 10.37572/EdArt_27062137810

CAPÍTULO 11.....109

COHERENCIA ORGANIZACIONAL: EVIDENCIA EXPERIMENTAL SOBRE EFECTOS DE LOS JUICIOS DE COHERENCIA

[Fernando Toro Álvarez](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137811

CAPÍTULO 12..... 119

A GREVE DE 2012 - UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E REAÇÃO CONTRA A APROPRIAÇÃO DO TRABALHO IMATERIAL NA POLÍCIA FEDERAL

[Antônio José Moreira da Silva](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137812

CAPÍTULO 13..... 139

DESIGN E ARTESANATO: PROCESSO DE CRIAÇÃO DE BOLSAS DE CROCHÊ COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS

[Zulmira Alves Correia](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137813

CAPÍTULO 14.....144

A ESCOLA MÉDICA DE ANGOLA DE 1791 E A SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA GLOBAL: DIFUSÃO DE SABERES AFRICANOS (SÉCULOS XVIII E XIX)

[Fernanda Ribeiro Rocha Fagundes](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137814

CAPÍTULO 15..... 157

RELIGIÃO, ENVELHECIMENTO E DOR: INTERMEDIações ENTRE FORMAS CULTURAIS DE REPRESENTAR O SOFRIMENTO E PRÁTICAS CURATIVAS ENTRE PESSOAS IDOSAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

[Ramiro Esdras Carneiro Batista](#)

[Flávio Pereira Passos](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137815

CAPÍTULO 16..... 170

A RELAÇÃO DE MARIA COM A TRINDADE: SIGNIFICADO PARA AS CULTURAS LATINO AMERICANO E CARIBENHA

[Wilner Charles](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137816

CAPÍTULO 17 183

O PARADOXO DO JORNALISMO NA HISTÓRIA IMEDIATA: ANÁLISE CULTURAL DA EXPERIÊNCIA VIVIDA DE PROFISSIONAIS NO COTIDIANO DE UBERLÂNDIA

Gerson de Souza

DOI 10.37572/EdArt_27062137817

CAPÍTULO 18 197

ATIVIDADE DE INCENTIVO À LEITURA - QUE TÍTULO VOCÊ DARIA PARA ESSE LIVRO?

João Vitor Santos de Souza

Luciana Zago Ethur

Guilherme Schimitt

Shirlei Pezzi Fehndrich

Aparecida Miranda Corrêa

João Vitor Liscano Gomes

Danrlei Melo Maciel

Daniele Felicio Rodrigues

Carine Borges Batista

DOI 10.37572/EdArt_27062137818

CAPÍTULO 19 207

A IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DA ESCRITA

Daiane Luiza Lopes

Alexa Fagundes dos Santos

Carolina Baldissera Gross

DOI 10.37572/EdArt_27062137819

SOBRE OS ORGANIZADORES 213

ÍNDICE REMISSIVO 214

CAPÍTULO 12

A GREVE DE 2012 - UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E REAÇÃO CONTRA A APROPRIAÇÃO DO TRABALHO IMATERIAL NA POLÍCIA FEDERAL

Data de submissão: 02/04/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Antônio José Moreira da Silva¹

Universidade Federal da Fronteira Sul
<http://lattes.cnpq.br/7342419299529833>

RESUMO: O trabalho explicita, através de pesquisa e sistematização de notícias acerca do movimento sindical na Polícia Federal, a existência de uma tensão institucional vivida, no cotidiano, pelos policiais federais. Aborda os fundamentos do processo de apropriação, pelos delegados de polícia, do trabalho imaterial desenvolvido pelos demais policiais, bem como descreve a luta de ocupação do espaço social que decorre da resistência a esse processo. Os esforços se concentram na descrição de fatos que circunscreveram e sucederam a greve da categoria em 2012 e propõe um diálogo com elementos das observações de Hardt, Negri, Lazzarato, Bordieu, Castoriadis e Bernardo.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho imaterial. Movimento sindical. Polícia Federal.

¹ Agente de Polícia Federal e Professor de Legislação Trabalhista e Previdenciária na UNETRI Faculdade, em Barracão - PR. Graduado em Direito, Especialista em Direito Penal e Processual Penal e em Controle da Gestão Pública Municipal. Mestre em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

1 INTRODUÇÃO

Em meio aos debates a respeito da necessidade de reforma da “arquitetura institucional” das policiais e da modernização da investigação criminal, escamoteia-se um fenômeno pouco evidenciado na observação dos fatores apontados como problemas da segurança pública brasileira, mas que pode ser uma das causas do baixíssimo grau de eficiência da investigação criminal no Brasil: a proposital invisibilidade institucional de policiais que atuam na linha de frente da investigação e a apropriação do resultado do trabalho desses profissionais por parte dos delegados de polícia. No presente artigo pretende-se discutir os contornos empíricos dessa invisibilidade, demonstrando que esse fenômeno integra uma estratégia deliberada de acumulação de poder, seja pela imposição de um rígido sistema de controle, seja pela vulgarização do trabalho imaterial desenvolvido por policiais que não ocupam o cargo posicionado no topo da hierarquia funcional e, portanto, habitam as franjas do sistema de persecução criminal brasileiro.

Não se pretende aqui uma profunda análise de cunho sociológico das relações

institucionais e do movimento sindical na Polícia Federal, mas se busca, a partir da descrição de fatos que circunscreveram e sucederam a greve da categoria, em 2012, demonstrar como escrivães, papiloscopistas e agentes da Polícia Federal, autodenominados pela sigla EPAs, se movimentaram para pautar - no debate político - a crise de paradigmas do atual modelo de investigação criminal e da arquitetura institucional da segurança pública brasileira (SOARES e BALESTRERI, 2012).

O presente trabalho caracteriza-se como exploratório-descritivo (RICHARDSON, 1999), pois busca demonstrar os mecanismos políticos, legislativos e institucionais (hierarquia e disciplina) que são utilizados para dar contornos de legitimidade ao objetivo último de manutenção da atual estrutura estratificada das polícias brasileiras e, em especial, da Polícia Federal.

Quanto aos procedimentos utilizados, a pesquisa revestiu-se de natureza empírica, dado ao *locus* de observação do fenômeno abordado, uma vez que o autor ocupa o cargo de agente de polícia federal e atua no movimento sindical. Foram pesquisadas as normas institucionais e as publicações a respeito de fatos envolvendo o movimento sindical na Polícia Federal, com o objetivo de traçar um cronograma de acontecimentos que marcam os antagonismos e os olhares sobre a realidade de cada uma das partes envolvidas nesse conflito.

Buscou-se dialogar com autores como Bernardo, Bordieu, Castoriadis, Hardt, Lazzarato e Negri, no intuito de propor uma inserção teórica da pesquisa baseada nos conceitos de trabalho imaterial, na caracterização dos conflitos resultantes do sistema hierárquico e na disputa pelo espaço social.

Importa dizer que existe uma enorme dificuldade no tratamento científico do tema abordado, pois grande parte das questões trazidas à discussão advêm da vivência policial e do manuseio empírico de uma realidade observável apenas pelos integrantes da instituição, os quais estão submetidos a uma rígida hierarquia funcional. Porém, essa condição coloca os policiais federais (ao menos aqueles socialmente engajados no processo de transformação de sua realidade) como “sujeitos” e “objetos” do seu próprio processo de produção do conhecimento” (BRANCALEONE, 2015, p. 368).

Nesse sentido, muitos dos elementos que dão coerência argumentativa ao estudo, são justamente aqueles que se apresentam como uma matéria prima quase intangível, uma vez que a realidade observada está fortemente amparada por uma estrutura jurídica arcaica e pela cultura institucional das polícias brasileiras, herdada ainda dos tempos do Brasil colônia (FREITAS, 2008).

Assim, a legitimação do ponto de vista ora expressado calca-se na premissa de que não existe uma abordagem eminentemente cognitiva sobre os modos de se fazer

pesquisa e sobre o engajamento social, porém, busca-se uma produção do conhecimento não subordinada às lógicas de dominação, que assumam valores dentro de um cenário de correlação de forças e que encontrem um “espaço honesto” para a emergência de uma ciência social “situada”. (BRANCALEONE, 2015, p. 368-369).

O presente artigo foi elaborado ainda em 2015 e o tema ora tratado foi objeto de estudos mais aprofundados em minha dissertação de Mestrado, intitulada “FOGO AMIGO: as disputas internas na Polícia Federal analisadas no contexto do debate sobre a reforma das instituições policiais e da investigação criminal no Brasil” (MOREIRA DA SILVA, 2018). No entanto, nenhuma das abordagens se ocuparam de analisar o debate havido no interior da Polícia Federal após as eleições de 2018, que transformaram por completo os posicionamentos do movimento sindical na Polícia Federal, os quais serão abordadas noutra momento.

O artigo original foi modificado para a adaptação do tempo verbal do texto, com o objetivo de delimitar o recorte temporal e o contexto em que foi escrito. No entanto, algumas das percepções nele contidas foram mantidas como registro histórico, ainda que não muitas delas tenham sofrido sensível alteração desde então.

2 DESENVOLVIMENTO

Em que pese a aprovação pública acerca do que se conhece do trabalho desenvolvido pela Polícia Federal, na instituição existe uma tensão interna desconhecida do grande público e que é pouco identificada pelo campo da observação acadêmica, mas é vivida, no cotidiano, pelos policiais federais. Essa tensão deu origem ao movimento sindical na instituição, cujo marco inicial foi a criação da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), fundada em 25 de agosto de 1990 (FENAPEF, [20--?]).

Desde a sua fundação, um dos pilares das lutas dessa entidade foi o seu posicionamento explicitamente contrário ao modo como os delegados de polícia federal se movimentavam e ainda se movimentam no cenário político e institucional para manter e acirrar os contornos inflexíveis da atual estrutura organizacional da PF. À época, discutiam-se, por exemplo, situações como a exigência de policiais se levantarem quando um delegado entrasse no recinto (SINPOFESC, [20--?]).

No dia 20 de outubro de 2004, a Revista Veja publicou uma extensa matéria tratando da atuação da PF que, nos vinte meses anteriores, havia prendido 44 de seus próprios integrantes, fazendo o que seria, segundo a avaliação da revista, o maior expurgo de sua história.

Analisando o que se apontava como sendo a sobredita depuração, a matéria fazia a seguinte observação:

O processo de autolimpeza da PF, cujos primeiros frutos estão sendo colhidos agora, começou a ser montado em 1997. O ponto de partida foi um concurso para novos agentes – desde então, obrigatoriamente portadores de um diploma de curso superior. De lá para cá a corporação foi renovada em dois terços dos seus mais de 7000 integrantes. (RIZEK e OYAMA, 2004, p. 41).

A exigência de diploma de curso superior para ingresso na Polícia Federal decorreu da Lei 9.266 de 1996. Na observação da revista, essa mudança colaborou para a evolução dos quadros funcionais (RIZEK e OYAMA, 2004, p. 41).

Após a edição dessa lei, ganhou ainda mais força, no âmbito dos sindicatos dos policiais federais, um debate sobre a carreira da instituição. Apesar de ser tratada pela Constituição de 1988² como carreira (no singular), de fato, na PF sempre existiu uma carreira para delegados e outra para os demais policiais.

Em que pesasse aquela mudança, tanto o governo federal quanto a administração da PF continuavam a classificar os cargos de Agente, Escrivão e Papiloscopista como sendo de nível médio, sob o argumento de que a redação do artigo 2º da Lei 9.266 apenas estabeleceu o nível superior como requisito de ingresso, sem que isso significasse que esses cargos fossem classificados como de nível superior³; isso porque o Decreto-Lei no 2.320/1987 e a Portaria 523/1989 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG⁴ continuavam a descrever os cargos dos EPAs como sendo de nível médio e os cargos de delegado e perito como nível superior. Assim, aos delegados foram reservadas as atividades de “direção, supervisão, coordenação, assessoramento e controle, no mais alto nível de hierarquia da administração policial federal, bem como articulação e intercâmbio policial a nível (sic) internacional” (MPOG, 1989).

A característica mais marcante dessa norma, que descreve as atribuições dos cargos da carreira policial federal, é a camuflagem das reais atividades desempenhadas pelos EPAs, pois, de fato, muitos desempenham - formal ou informalmente – atividades reservadas aos delegados. O descompasso entre a realidade e a norma caracteriza um vistoso traço de subalternidade e informalidade no trabalho desenvolvido por esses profissionais. No entanto, essa informalidade é o fator que possibilita o andamento das atividades desenvolvidas pelo órgão, principalmente as investigações criminais, pois a estrutura normativa que as regula é insuficiente para dar cabo do dinamismo necessário do trabalho policial⁵.

² CF/88, art. 144, §1º: Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; (...) § 1º - A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a (...)”.

³ Tabela de remuneração do MPOG. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_remuneracao/2013/tab_60_2013_1.pdf

⁴ Portaria 523, de 28 de julho de 1989, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

⁵ Mais adiante serão demonstradas as atividades informalmente desempenhadas pelos policiais federais.

Quanto a isso, Bernardo observa o seguinte:

No decurso de processos normais de trabalho, em que o conflito não é superficialmente aparente, sucede que trabalhadores, por iniciativa própria, laborem segundo formas e ritmos por eles decididos, em violação das normas estabelecidas pela direção da empresa; e, ao entrar assim com outro tipo de relação com o maquinismo, cada um estabelece com os colegas um relacionamento diferente do previsto no organograma oficial. (...). Daqui resulta, por um lado, um aumento da produtividade, porque, nas condições que assim para eles próprios criam, os trabalhadores laboram mais e melhor (BERNARDO, 1991, p.320).

São estas, pois, as bases da afirmação de que, na Polícia Federal, existe um sistemático processo de apropriação do trabalho imaterial realizado pelos EPAs, que é a verdadeira “força produtiva” (VIRNO, 2003) da Polícia Federal. No Brasil, essas forças são canalizadas para o inquérito policial, presidido por uma autoridade policial (delegado)⁶, como preceitua o Código de Processo Penal (CPP).

Hardt e Negri definem trabalho imaterial aquele que “*no resulta en bienes materiales ni durables, definimos al trabajo implicado en esta producción como trabajo inmaterial - es decir, trabajo que produce un bien inmaterial, tal como un servicio, un produto cultural, conocimiento o comunicación*” (HARDT e NEGRI, 2000, p. 253).

De acordo com Cabette (2003, p. 197), o trabalho de investigação não se destina apenas a obter indícios para a acusação, mas apurar a verdade, seja ela a favor da acusação ou da defesa. Para Antunes (1985), a investigação criminal é “*a pesquisa sistemática e sequente do respectivo objecto, com recurso a meios técnicos e científicos*”.

Alves (2008) aponta que a investigação criminal é um trabalho multifacetado e interdisciplinar:

O perfil do investigador envolve a formação de um corpo de detetives hábeis em manusear com o fenômeno criminal, nas suas particularidades no tocante à materialidade ou a apresentação de autoria delitiva. Daí, portanto, a existência dos necessários conhecimentos de criminalística. A criminalística, vista não apenas como um conjunto metodológico instrumental, à disposição das técnicas de investigação, mas sim como repositório científico de diversos ramos do conhecimento aplicados ao fenômeno criminal, resulta numa formação diferenciada, que por vezes afasta-se do inibido modelo do policial meramente cumpridor de diligências (ALVES, 2008).

Entretanto, Azevedo e Vasconcellos, ponderam o seguinte:

(...) a elaboração do inquérito policial exige diferentes saberes, os quais, muitas vezes parecem estar em conflito. Há uma variedade de papéis e atividades desenvolvidos dentro das delegacias de polícia que requerem diferentes tipos de conhecimento (administrativo, investigatório, jurídico), e a distribuição

⁶ Embora o CPP não estabeleça que a autoridade policial é o delegado de polícia, essa categoria profissional tem-se movimentado no sentido de alterar, na legislação brasileira, a expressão “autoridade policial” por “delegado de polícia” (Vide: MOREIRA DA SILVA, 2014). A lei 13.047/2014 (MP657/2014) cristalizou esta situação no âmbito da PF.

desses papéis e suas respectivas atividades é marcada por forte hierarquia institucional. As atividades realizadas pelos servidores situados na parte superior dessa hierarquia costumam estar fundamentadas e legitimadas pelo conhecimento jurídico, o qual possibilita a realização de relatórios formalmente capazes de produzir material legítimo para a instrução de processos criminais. As demais atividades realizadas pela polícia, como policiamento comunitário, atendimento a grupos específicos, administração de conflitos e mesmo o trabalho de investigação acabam sendo consideradas pelos integrantes da instituição como atos secundários, de menor importância, e os profissionais que executam tais funções ocupam um local inferior na hierarquia policial (AZEVEDO e VASCONCELLOS, 2011, p. 64).

Assim, dada a estrutura organizacional da Polícia Federal, as funções exercidas pelos EPAs são formalmente classificadas como auxiliares. Embora sem amparo constitucional, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF classificava aqueles cargos como integrantes de “carreiras policiais auxiliares” (ADPF, 2014, p. 33). Em razão da existência de entradas múltiplas para a carreira policial, as chefias não derivam da experiência profissional ou de saberes inerentes à área de atuação profissional, pois essas funções estão destinadas aos ocupantes do cargo de delegado. Assim, todo o capital social e simbólico (BORDIEU, 2011) produzido pelo trabalho de todos os integrantes da instituição é concentrado nas mãos dos ocupantes deste cargo.

Contribui com essa realidade a existência de uma enorme lacuna regulatória, que relega a um limbo institucional as características, as atividades, os saberes e as competências necessárias para a realização do trabalho investigativo, ou seja, a lei não estabelece o “como fazer” uma investigação. Dessa forma, o processo de planejamento, de coordenação e as decisões tomadas pelos EPAs são eclipsados, tornando-se invisíveis ao sistema formal de persecução criminal. Assim, o que se torna conhecido pelos outros integrantes do sistema (Judiciário e Ministério Público), é a compilação (pelo delegado) dos dados recolhidos durante as investigações, ou seja, o produto último do trabalho imaterial do investigador. Esses dados, são, por exemplo, um trabalho de campo, uma interceptação telefônica, uma infiltração policial, a realização de uma perícia, ou mesmo as percepções mais subjetivas do investigador, o qual está em contato direto com os fatos e sujeitos investigados. No entanto, como se disse, a prática institucional classifica essas atividades como auxiliares do delegado de polícia, que tem como maior mérito o domínio formal do poder de determinação da realização dessas atividades e a compilação dos resultados alcançados, que é materializado pelo relatório do inquérito policial.

Nas discussões que eram travadas em redes sociais e em sites da internet, os representantes das entidades sindicais dos delegados argumentavam que essa distinção se devia às características jurídicas do trabalho por eles realizado, que são legitimadas em razão da aprovação em um concurso público cujas provas versam essencialmente sobre disciplinas jurídicas.

Quanto a isso, desde 2001, notou-se um sensível incremento na complexidade das provas do concurso público para delegado, que tinha contornos semelhantes aos dos demais cargos, à exceção da maior relevância das disciplinas jurídicas. A partir do concurso para o provimento de cargos de delegado de polícia federal realizado em 2012 (BRASIL, 2012), enrijeceram-se os contornos jurídicos da atividade do cargo de delegado de polícia federal, tendo sido instituída, por exemplo, a prova oral e a de títulos. Por outro lado, um movimento inverso ocorreu em relação ao concurso para aos cargos de escrivão, papiloscopista e agente (BRASIL, 2014a). Numa análise das atribuições descritas nesses dois concursos, percebe-se uma nítida intencionalidade no sentido de explicitar a subalternidade dos cargos de EPAs⁷. Com relação a isto, Castoriadis (2012) já identificava o sistema hierárquico como instrumento de apropriação da produção e do trabalho alheio.

Os candidatos aprovados no concurso de delegado, ao ingressarem na Polícia Federal, assumem, de imediato, postos no topo da hierarquia do órgão. Passam a chefiar policiais com maior experiência profissional e conhecimentos adquiridos na área investigativa. No entanto, como se evidencia, na Polícia Federal (e em todas as polícias brasileiras), a experiência empírica ou a qualificação acadêmica não possibilitam a ascensão profissional para os policiais que não ocupam o cargo de delegado. “Essa realidade, de acordo com moderna ciência policial e gerencial, afigura-se como verdadeira aberração, pois privilegia o conhecimento jurídico (teórico e formal) em detrimento do conhecimento técnico nas áreas investigativas”. (MOREIRA DA SILVA e REICHERT, 2012).

Esse estado de coisas deu início um processo sistemático de resistência e contestação da apropriação do trabalho imaterial e foi a questão central da maior greve na Polícia Federal, que foi deflagrada em 07 de agosto de 2012 e encerrada no dia 15 de outubro daquele ano. O movimento reivindicava a reestruturação da carreira policial federal, com o reconhecimento, em lei, do nível superior dos cargos de EPAs e das atribuições que exerciam apenas de fato (FENAPEF, 2013b).

Como estratégia, durante a greve, a FENAPEF instituiu um movimento denominado “Campanha PF legal. Pela legalidade, cidadania e proteção dos direitos humanos”. Esse movimento, fundado sobre um “manual de procedimentos funcionais” (que ficou conhecido pelos policiais como Cartilha), consistia numa compilação de normas e orientações sobre como o policial federal deveria proceder, dentro dos limites da estrita legalidade, a fim de perseguir uma mudança normativa e institucional, e garantir eficiência, legitimidade e respeito aos direitos humanos (FENAPEF, 2012).

⁷ O edital do concurso de 2004 para o cargo de agente definia assim as atribuições do cargo: “executar investigações e operações policiais na prevenção e na repressão a ilícitos penais, bem como desempenhar outras atividades de interesse do órgão”. Já o edital do concurso de 2012 assim definia as atribuições: “executar investigações e operações policiais na prevenção e na repressão a ilícitos penais, dirigir veículos policiais, cumprir medidas de segurança orgânica, desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas”.

O documento também justificava que as posturas nele descritas eram “decisivas para uma desejável evolução de conceitos e quebra de paradigmas, que podem resultar em avanços institucionais, condições adequadas de trabalho e dignidade profissional para os ocupantes de todos os cargos da carreira policial federal” (FENAPEF, 2012).

Esse documento apregoava que os policiais federais deveriam deixar de atuar informalmente em suas atividades e que realizassem somente as atividades descritas na Cartilha, deixando para os delegados as atividades afetas ao planejamento, direção, supervisão, coordenação, assessoramento e controle. Assim, caracterizava-se o que Bernardo denomina greve de zelo (BERNARDO, 1991, p. 320).

O resultado dessa ação foi uma sensível redução nos números das operações policiais, principalmente aquelas feitas por meio de interceptações telefônicas, que eram realizadas em setores inteiramente controlados por agentes, sem a participação de delegados (GREVE..., 2013).

Os detalhes dessa crise, embora tenham ganhado pouco destaque nos grandes veículos de comunicação, chamaram a atenção da mídia independente, que pontuava os seus contornos mais graves, relacionando-os com a gritante queda nas estatísticas da Polícia Federal.

O jornalista Fábio Campana, em seu blog, relatava o seguinte:

No Distrito Federal, um agente disse “não” quando a delegada Andreia Albuquerque, que estava à frente da Operação Miquéas, pediu um relatório analítico sobre escutas e movimentação financeira dos investigados. Segundo relato de um policial ao GLOBO, o agente disse que repassaria os dados brutos a Andreia. Caberia a delegada, e não a ele, fazer os cruzamentos de informações e extrair as devidas conclusões sobre as supostas ligações de políticos com um famoso doleiro local.
(...)

Antes, agentes faziam relatório de inteligência (com cruzamento de dados) e os delegados assinavam. Hoje eles não fazem mais. Não aceitamos a apropriação (indevida) de propriedade imaterial. Hoje os agentes fazem a investigação, fazem a análise parcial dos dados. O relatório, com as conclusões finais, quem faz é o delegado – afirma Flávio Werneck, presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal I (CAMPANA, 2014).

Indiferente à gravidade da crise, o governo federal oferecia aos grevistas apenas um reajuste salarial de 15,8%, índice que havia sido oferecido às demais categorias do serviço público federal. A proposta calava-se sobre as demais reivindicações que, na visão dos grevistas, eram centrais. Essa proposta era sistematicamente rejeitada pelos policiais federais, que vislumbravam um horizonte que ia além da recomposição das perdas salariais, pois o que pleiteavam era o reconhecimento do nível superior de seus cargos e a definição das atribuições que exerciam de informalmente.

Nesse período, quando os delegados se manifestavam publicamente, escarniavam os pleitos dos EPAs, afirmando que as suas “absurdas” pretensões se resumiam a uma

vontade de “pegar um trem da alegria”, pois queriam se “transformar em delegados sem prestar o concurso público” (OLIVEIRA, 2014). A base desse discurso era a de que os EPAs “já sabiam como ela (PF) era quando prestaram concurso”, e que esses cargos se destinam a “executar as ordens dadas por alguém superior hierarquicamente⁸”. Isso caracteriza o que Pierre Bourdieu define por trabalho de representação utilizado pelos que ocupam posição dominante no espalho social “para imporem a sua visão do mundo e a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social” (BOURDIEU, 2011, p. 139)

No dia 21/09/2015, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu pela legalidade da greve, impondo, no entanto, rígidas condições relativas ao percentual mínimo de efetivo a realizar as atividades desenvolvidas pela PF (TELLES, 2012). Assim, apesar de considerada legal, as condições impostas inviabilizaram a continuidade do movimento. Em que pesasse o encerramento formal da greve, a proposta de reajuste salarial oferecida pelo governo foi rejeitada, dando-se continuidade a um longo processo de negociação, que durou quase dois anos.

No ano de 2013, ganha força, no debate político nacional, a Proposta de Emenda à Constituição 37/2011 (PEC 37), apresentada pelo delegado de polícia e deputado federal Lourival Mendes, do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB/MA). A proposta visava a tornar o poder de investigação exclusivo das polícias judiciárias, afastando a autoridade investigatória do Ministério Público. Essa proposta, apoiada por todas as entidades representativas dos delegados de polícia, civis e federais, (ADPF, 2014b), era combatida pela FENAPEF, que se posicionava no sentido de que a PEC 37 representava uma “luta corporativista desenfreada por poder, capitaneada por associações de delegados de polícia, que tentam, a todo custo, pressionar os parlamentares” (ROVER, 2015).

O posicionamento da FENAPEF e dos sindicatos estaduais resultou em uma conjunção de forças com a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), que se manifestava publicamente contra a PEC 37 (SINDICATO..., 2013). Essa aliança reverberou a divisão da Polícia Federal e representava um desdobramento da luta contra a apropriação do trabalho imaterial de agentes, escrivães e papiloscopistas (ADEPOL, 2013; ADPF, 2013).

A evidenciação de que a oposição dos policiais federais se tratava de uma resistência à apropriação do trabalho imaterial, ficou transparente em entrevista concedida por Jones Borges Leal, então presidente da FENAPEF, ao Jornal o Estado de São Paulo:

Eles estão brigando por uma coisa que não fazem. Quem investiga é o agente, o escrivão, o papiloscopista. Os delegados só pegam o relatório, copiam e colam,

⁸ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/governo/cupula-da-pf-comemora-limiar-que-praticamente-encerra-movimento-grevista/>

e encaminham ao Ministério Público" (...) "Se nós hoje tirarmos esse cargo, nada mudaria na segurança pública. Os policiais investigariam da mesma forma e encaminhariam ao MP, talvez com mais rapidez e agilidade e (VIANNA, 2013).

Embora seja um episódio de difícil demonstração, a união entre as entidades representativas dos policiais federais e dos procuradores da república resultou em uma enorme movimentação nas redes sociais. Por coincidência ou não, o tema PEC37 "viralizou" e a oposição a essa medida ganhou espaço entre as bandeiras defendidas durante as manifestações de junho de 2013⁹. Essa enorme pressão popular chegou ao Congresso Nacional que, na sessão plenária de 25/06/2012, rejeitou a PEC37, por esmagadora maioria formada por 430 votos contrários, 9 favoráveis e 2 abstenções (TOKARNIA, 2013).

Não sem um nexos causal, em junho de 2014, ANPR emitiu uma Nota Técnica, dirigida ao Senado, propondo a reestruturação da Polícia Federal, com a instituição de uma carreira única e a extinção do cargo de delegado (ANPR, 2014).

Pouco antes, em maio de 2014, a FENAPEF firmava com o MPOG um Termo de Acordo (FENAPEF, 2014) que resultou na edição da Medida Provisória 650, de 30 de junho de 2014, cuja exposição de motivos descrevia todo o processo de negociação que culminou em sua edição o (BRASIL, 2014d).

A tramitação dessa medida provisória ocorreu em um cenário de grandes embates dentro e fora do Congresso Nacional, pois os delegados de polícia federal opunham-se ao seu texto, por serem contrários ao nivelamento de todos os cargos da carreira policial federal, alegando que isso quebraria a hierarquia do órgão.

Em matéria publicada na página da Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal¹⁰, foi noticiada a manifestação de delegados federais na sessão legislativa do dia 07/10/2014, na Câmara dos Deputados:

Não só nos bastidores da política, mas de forma expressa, alguns delegados retiraram a máscara e se expuseram em pleno Congresso Nacional chamando os demais cargos da carreira de "BANDO", querendo passar a mensagem FALSA aos congressistas de que o cargo de Delegado de Polícia Federal é hierarquicamente superior aos demais cargos da carreira e que, sem eles, a Polícia Federal perde o pilar da hierarquia e disciplina, próprio de organismos policiais (ANEPF, 2014).

Bourdieu, analisando o processo de ocupação de posições denominadas no espaço social, considera o seguinte:

Os que ocupam as posições denominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica e não se vê de onde

⁹ Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-19/programa-da-tv-brasil-analisa-manifestacoes-que-atingem-varias-cidades-do-pais>

¹⁰ Disponível em: <http://anepf.org.br/joomla30/index.php/home/noticias/85-nota-de-repudio-a-mpv-657-14>

lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social, se a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses específicos que aí se geram produzisse o efeito de predispor uma fracção dos profissionais envolvidos neste campo a oferecer aos dominados, na base de uma homologia de posição, os instrumentos de ruptura com as representações que se geram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais e que tendem a garantir a reprodução continuada da distribuição do capital simbólico (BOURDIEU, 2011, p. 152).

Ainda segundo Bourdieu “uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico (...) consiste assim em pôr o senso comum do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias de crença dele” (BOURDIEU, 2011, p. 143).

Depois de 121 dias de tramitação, a Medida Provisória 650 foi aprovada no último dia do prazo regimental e transformada na Lei 13.034/2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 29/10/14.

Além da edição da MP 650, o Termo de Acordo nº 001/2014-MPOG pactuava a criação de um Grupo de Trabalho – GT, integrado por representantes da FENAPEF, do Departamento de Polícia Federal (DPF) e do MPOG, com o objetivo de elaborar proposta de ato normativo dispendo sobre os graus de responsabilidade e complexidade dos cargos da carreira policial federal.

Um dos pontos cruciais do GT foi a convocação, pela FENAPEF, para que os sindicalizados enviassem contribuições para o que foi chamado de “Coletânea nacional de documentos estratégicos produzidos pelos Agentes, Escrivães e Papiloscopistas da Polícia Federal” (SINPEFRS, 2014). A convocação solicitava o envio de cópias de documentos que comprovassem o desempenho, de fato (ou informal), de atividades complexas não previstas na Portaria MPOG 523, tais como: pareceres jurídicos, portarias de nomeação para o desempenho de função privativa de delegado de polícia federal, portarias de nomeação para o desempenho de chefia, coordenação, gerência e planejamento, relatórios complexos de investigação, atos decisórios em procedimentos de polícia administrativa, entre outros.

A convocação resultou na reunião de 1.541 páginas de documentos enviados por policiais federais de todo o Brasil. Esse material foi utilizado na mesa de negociações com o MPOG para a demonstração de que os EPAs desempenhavam, de fato, atividades complexas e de alta responsabilidade (atribuições), à margem de qualquer regulamentação.

O resultado dos trabalhos do GT foi a apresentação, no dia 5 de setembro de 2014, da proposta de reestruturação da carreira policial federal, que abordava a regulamentação, em lei, das atribuições desempenhadas informalmente pelos EPAs, a

unificação dos cargos de Agente e Escrivão em novo cargo operacional, a transferência das atividades burocráticas cartorárias aos servidores do plano especial de cargos da Polícia Federal e a implementação de uma tabela salarial correspondente às novas exigências do cargo (FENAPEF, 2015).

Essa, que foi tida como uma vitória do movimento sindical, logo foi abalada pela inesperada edição da Medida Provisória 657/2014, que definia a hierarquia na Polícia Federal, sob o comando dos delegados federais, que foram classificados como autoridades policiais no âmbito da polícia judiciária da União e suas funções passaram a ser classificadas como de natureza jurídica e policial, essenciais e exclusivas de Estado” (BRASIL, 2014e).

A edição dessa medida provisória foi cercada de polêmica, pois veio a lume a pouco menos de duas semanas para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014, época em que a campanha para a reeleição da Presidente Dilma Rousseff vinha sofrendo fortes reveses em razão de vazamentos que ocorriam na Operação Lava Jato, os quais envolviam membros do governo e do Partido dos Trabalhadores no esquema de corrupção da Petrobrás (CARVALHO e LIMA, 2014).

No dia 14 de outubro de 2014, em reportagem do Jornal Folha de São Paulo, foi divulgado que a medida provisória, que atenderia aos pleitos dos delegados, foi redigida às pressas, “diante da postura de alguns delegados que cogitaram fazer paralisações e escancarar problemas internos da corporação” (ODILLA; HAUBERT, 2014).

Segundo o jornal:

A publicação da medida provisória nesta terça ajudou a esvaziar a audiência organizada pelo deputado federal e ex-delegado da PF Fernando Francischini (SDD-PR). O deputado marcou a sessão para ouvir o presidente da Associação Nacional dos Delegados da PF, Marcos Leôncio Ribeiro. Ele esteve na Câmara para participar da audiência, mas, como não havia quórum, ela foi cancelada. Apenas Francischini compareceu. O deputado acredita que o governo editou a medida provisória hoje para esvaziar a audiência. “O governo teve que editar uma MP ontem a noite porque sabia que hoje ia ser uma pancadaria. Botamos o governo de joelho. Fazer uma MP na calada da noite, a dez dias das eleições, mostra claramente que o governo não estava dando atenção para a Polícia Federal como gosta de alardear na propaganda eleitoral”, disse Francischini (ODILLA; HAUBERT, 2014).

Após a edição da MP 657, no dia 16 de outubro de 2014, a imprensa passa a noticiar o vazamento de uma delegação premiada, ocorrida na Operação Lava Jato, dando conta de que o então presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra – morto em março daquele ano – teria pedido 10 milhões de reais para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobrás, aberta em julho de 2009, no Senado, fosse encerrada (MACEDO; BRANDT; COUTINHO, 2014).

Essa medida provisória foi aprovada e transformada na Lei Ordinária 13.047/2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 03/12/14¹¹. Portanto, apenas 50 dias após a sua edição. A partir daí os delegados afirmaram-se como “autoridades policiais” no âmbito da Polícia Federal e passaram a ter exclusividade na ocupação da direção do órgão e agora desfrutando do status de uma “carreira jurídica e policial” (BRASIL, 2014b).

Como reação, o movimento sindical da polícia federal buscou o judiciário, impetrando Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei nº. 13.047, através da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), entidade à qual se filia a FENAPEF. A ação questionou a relevância e urgência da MP657 e a restrição do conceito de autoridade policial ao cargo de delegado, o que seria inconstitucional, pois a alterações do Código de Processo Penal não poderiam ocorrer por meio de Medida Provisória (vícios formais).

A CSPB ainda questionou a natureza jurídica do cargo de delegado, argumentando que ela não encontra amparo no texto constitucional, bem como o critério de exclusividade para indicação aos cargos de chefia das Polícias Federal e Civil, fundamentando a contrariedade na quebra de isonomia e da impessoalidade que deve reger a Administração Pública. Finalmente, atacou o estabelecimento da hierarquia e da disciplina como fundamentos da Polícia Federal (AGÊNCIA FENAPEF, 2015).

Após esses episódios, ocorreu uma intensa correlação de forças no âmbito do Congresso Nacional que - permeado pela influência dos sujeitos dessa contenda - discutiu uma série de proposições legislativas voltadas à segurança pública. As que eram defendidas pelos delegados recebiam a oposição sistemática dos demais policiais e vice-versa.

No âmbito do Poder Executivo, após o impeachment da Presidente Dilma Rouseff, não se vislumbram decisões que tivessem por objeto a solução das questões que deram origem à crise instalada na Polícia Federal, uma vez que as propostas apresentadas pelo GT perderam-se em meio à crise econômica e política que se instalou no país.

Portanto, o raciocínio jurídico formalista e as sociabilidades tradicionais em torno do campo da segurança pública se mostram insuficientes como resposta honesta e satisfatória aos desafios que emergem do quadro aqui descrito. Além disso, observação feita por Lima e Azevedo ajudam a mensurar as dificuldades da formulação de discussões nesse campo:

(...) observa-se que se aglutina em torno do que empiricamente tem se convenicionado chamar de segurança pública é, no plano do debate político e das políticas públicas, um campo perpassado por disputadas de saberes em torno da legitimidade da nomeação do que pode ou não fazer parte de suas fronteiras (LIMA e AZEVEDO, 2015).

¹¹ Diário Oficial da União, do dia 03/12/14, p. 01, col 01.

3 CONCLUSÃO

Pode-se dizer que, em comparação aos trabalhos produtivos tradicionais, objetivamente, o trabalho policial equipara-se ao trabalho de qualquer operário. Embora a polícia seja uma função estatal e não produtiva, no sentido clássico, o tipo de relação estabelecida entre o Estado e o trabalhador policial pode ser enquadrada no novo modelo produtivo pós-fordista. De acordo com Negri e Lazzaratto, nesse novo modelo, exige-se do trabalhador, cada vez mais intelectualizado, capacidade de escolha e de tomada de decisões, pois “(...) é a alma do operário que deve descer na oficina. É a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. Qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade” (NEGRI e LAZZARATTO, 2001, p. 25).

O envolvimento do policial com as questões advindas de sua atuação profissional não se limita ao tempo de trabalho em que está presente na corporação, pois ele cria um liame subjetivo com o fato investigado, mantém-se à disposição do trabalho em razão de imposições legais de dedicação exclusiva¹², estabelece uma rede de informantes e leva para a sua vida privada os traços de comportamentais determinados por atuação profissional.

Quanto a isso, Negri e Lazzaratto afirmam o seguinte:

Nessa transformação não é nem o trabalho imediato, executado pelo próprio homem, nem é o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua produtividade geral, a sua compreensão da natureza e o domínio sobre esta através da sua existência enquanto corpo social (...).” (NEGRI e LAZZARATTO 2001, pp. 28-29).

Diante de um cenário tão conflituoso, impossível que as relações funcionais e interpessoais no âmbito da Polícia Federal não tenham se contaminado pelas frustrações e ansiedades dele decorrentes. Isso certamente oportunizou não só a resistência coletiva e ativa, como descrito anteriormente, mas também formas de organização individual passivas como a preguiça, o absenteísmo (ou o presenteísmo¹³), o alcoolismo e outras maneiras práticas de reduzir o tempo de trabalho despendido sem para isso entrar em conflito aberto com os gestores do órgão. (BERNARDO, 1991. p.318). Além disso, o assédio moral e as doenças psicológicas são causas uma assustadora onda de suicídios que acomete a corporação¹⁴.

Entretanto, as consequências dessas tensões, ao contrário do que ocorre no setor privado, não afetam somente as relações produtivas ou os interesses privados do capitalista, mas refletiram nos índices de elucidação criminal e no próprio valor de uso

¹² Lei 4.878, de 3 de dezembro de 1965, art. 4º: A função policial, fundada na hierarquia e na disciplina, é incompatível com qualquer outra atividade.

¹³ Segundo o website “Comportamento Humano no Trabalho”, o presenteísmo ocorre “quando as pessoas estão no trabalho e não produzem o que deveriam por estarem doentes, sem vontade de trabalhar, distraem-se nas redes sociais, dentre vários outros motivos que a levam a não serem produtivas em seus cargos”.

¹⁴ Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/321921_ONDA+DE+SUICIDIOS+ASSUSTA.

do sistema de segurança pública, uma vez que, nesse campo, são tratadas questões elementares para o equilíbrio social.

Portanto, o objeto da análise não se resume a uma observação neutra de categorias antagônicas em relação à percepção do mundo social (BOURDIEU, 2011), mas uma tomada de posição no sentido de que os pilares que subsidiam os argumentos daqueles que se opõem às mudanças na arquitetura institucional das polícias brasileiras são os mesmos que sustentam os estereótipos e a criminalidade estampados seguidamente pelo Anuário Brasileiros de Segurança Pública.

REFERÊNCIAS

ADEPOL-BR- Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF (Brasil). **Em defesa da PEC da Legalidade: ADPF e Adepol Brasil divulgam manifesto em defesa da PEC-37 aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.** Levianamente, membros do Ministério Público estão disseminando a informação de que esta seria uma “PEC da Impunidade”. 2012. Disponível em: <http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=5220#Wsd57C7wZ0x>. Acesso em: 06 dez. 2015.

ADPF - Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. (Brasil). **Hoje é dia do Delegado de Polícia ADPF comemora com visão para futuro.** 2013. Homepage da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Disponível em: <http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=6228&wi.redirect=MH2ML6JNFJ88M69Y4RBY#.WyZa_1VKh0w>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ADPF e ADEPOL do Brasil saem em defesa da PEC 37. (2014b) Disponível em: <<http://sindepol.com.br/site/noticias/adpf-e-adepol-do-brasil-saem-em-defesa-da-pec-37.html>>. Homepage do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Goiás. Acesso em 05 dez. 2015.

AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. **Programa da TV Brasil analisa as manifestações que atingem várias cidades do país.** 20/06/2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-19/programa-da-tv-brasil-analisa-manifestacoes-que-atingem-varias-cidades-do-pais>>. Acesso em 04 dez. 2015.

AGÊNCIA FENAPEF. Atendendo Fenapef, CSPB ajuíza Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADI contra a Lei nº 13.047/14. (Brasil). 2015. Disponível em: <<https://www.cspb.org.br/news/print.php?2015ago.17/atendendo-fenapef-cspb-aju-za-a-odireta-de-inconstitucionalidade-adi-contra-a-lei-n-13-047-14.phtml>>. Acesso em 15 dez. 2015.

ALVES, Fernando Antonio da Silva. **Delegados de polícia - Operadores do direito ou profissionais da segurança pública? (descobrimos novos atores sociais na política criminal).** In Revista Sociologia Jurídica. N.º 07 - Julho-Dezembro/2008. Disponível em: <http://www.sociologiajuridica.net.br/antigo/rev07falves.htm#_ftn3>. Acesso em 09 jun. 2014.

ANTUNES, Ferreira, **Investigação criminal – Uma perspectiva introdutória** in Polícia e Justiça. São Paulo: EPJ, 1985.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL. **A Polícia Federal na visão dos Delegados de Polícia Federal.** VI Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Caderno Temático. Vilha Velha – ES, abril de 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL. **PEC-37. Em defesa da PEC da Legalidade.** 31/12/2012. Disponível em: <http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=5220#.VmwBc7iDGko>. Acesso em 02 dez. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA FEDERAL. **Nota de repúdio à MPV 657/14.** Disponível em: <<http://anepf.org.br/joomla30/index.php/home/noticias/85-nota-de-repudio-a-mpv-657-14>> Acesso em 8 dez. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA. **Nota Técnica PRESI/ANPR/ACA nº 021/2014.** Disponível em: <http://www.anpr.org.br/images/anpr_em_acao/2014/junho/notatecnicapec73.pdf> Acesso em 07 dez. 2015.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS Fernanda Bestetti de. **O inquérito policial em questão - situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo Brasileiro de investigação criminal.** Revista Sociedade e Estado. vol.26 no.1 Brasília: jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100004> Acesso em 06 dez 2015.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** Cortez, 1991.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico;** tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRACALEONE, Cássio. **Sobre modos de produção do conhecimento e engajamento social: apontamentos, experiências e desafios.** in. Prefigurar lo político, disputas contrahegemónicas en América Latina / Paula Camara da Silva ... [et.al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO; Último Recurso, p. 365-390. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20150707041754/Prefigurar.pdf>> Acesso em 18 dez. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projetos de Lei e Outras Proposições.** MPV 650/2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=619236>. Acesso em 30 nov. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projetos de Lei e Outras Proposições.** MPV 657/2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=623330>> Acesso em 30 nov. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projetos de Lei e Outras Proposições.** PEC 37/2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>>. Acesso em 30 nov. 2015.

BRASIL. **Código de Processo Penal.** Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm> Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12830.htm>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.047, de 02 de dezembro de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9266.htm>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.047, de 2 de dezembro de 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13047.htm>. Acesso em 17 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4878.htm>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9266.htm>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Medida Provisória nº 650, de 30 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv650.htm> Acesso em 30 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Federal. Diretoria de Gestão de Pessoal. Coordenação de Recrutamento e Seleção. Concurso Público para Provimento de Vagas no Cargo de Delegado de Polícia Federal. **Edital nº 11/2012 – DGP/DPF, de 10 de junho de 2012**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_12_DELEGADO/arquivos/ED_1_2012_DPF_DELEGADO.PDF>. Acesso em 20 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Federal. Diretoria de Gestão de Pessoal. Coordenação de Recrutamento e Seleção. Concurso Público para Provimento de Vagas no Cargo de Agente de Polícia Federal. **Edital nº EDITAL Nº 55/2014 – DGP/DPF, de 25 de setembro de 2014**. 2014a Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_14_AGENTE/arquivos/EDITAL_N__55__ABERTURA.PDF>. Acesso em 20 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria 523, de 28 de julho de 1989**. Disponível: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=6415>> Acesso em 07 dez. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Tabela de remuneração do MPOG. 2013**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_remuneracao/2013/tab_60_2013_1.pdf> Acesso em 05 dez. 2015.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **O papel do inquérito policial no sistema acusatório – O modelo brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2003.

CAMPANA, Fábio. Crise na Polícia Federal. Blog Fábio Campana. **Política, cultura e o poder por trás dos panos**. 08/02/2014. Disponível em: <<http://www.fabiocampana.com.br/2014/02/crise-na-policia-federal/>> Acesso em 02 dez. 2015.

CAMPANA, Fábio. **Crise na Polícia Federal**. Blog. Política, cultura e o poder por trás dos panos. Publicado em 08 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.fabiocampana.com.br/2014-fev.-crise-na-policia-federal/>>. Acesso em 08 nov. 2017.

CARVALHO, Mario Cesar, Samantha; LIMA. Desvio em estatal irrigou 3 partidos, diz ex-diretor. **In Folha de São Paulo**, 09/10/2014. Caderno Eleições 2014. P.01. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/189795-desvio-em-estatal-irrigou-3-partidos-diz-ex-diretor.shtml>>. Acesso em 27 dez. 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. Socialismo Ou Barbárie - **O Conteúdo do Socialismo**. Brasiliense: 1983. CESPE. UnB. **Edital n.º 24/2004 DGP/DPF-NACIONAL, de 15 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_12_AGENTE/arquivos/ED_1_2012_DPF_AGENTE_ABT.DOCX.PDF> Acesso em 09 dez. 2015.

CESPE. UnB. **Edital nº 11/2012 – DGP/DPF, de 10 de junho de 2012**. 2012. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_12_DELEGADO/arquivos/ED_1_2012_DPF_DELEGADO.PDF> Acesso em 09/12/2015

CESPE. UnB. **Edital nº 55/2014 – DGP/DPF, de 25 de setembro de 2014**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_14_AGENTE/arquivos/EDITAL_N__55__ABERTURA.PDF> Acesso em 09 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Federais protestam contra o congelamento da Polícia Federal.** Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/43785>> Acesso em 06 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **FENAPEF e Procuradores da República repudiam a PEC da Impunidade.** Disponível em: <<http://FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/40921>> Acesso em 02 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Grupo de Trabalho cria coletânea nacional de documentos estratégicos produzidos pelos EPAs.** Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/45256>> Acesso em 09 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Projeto de Reestruturação do GT contempla ativos, inativos e pensionistas do DPF.** 27/02/2015. Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/45723>> Acesso em 09 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Aliança FENAPEF-CSPB. FENAPEF e CSPB ajuízam ADI contra a Lei nº 13.047/14.** 16/08/2015. Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/46316>> Acesso em 05 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Campanha PF legal. Pela legalidade, cidadania e proteção dos direitos humanos. Manual de procedimentos funcionais.** FENAPEF, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sinpefmg.org.br/mpf-FENAPEF.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Fenapef 18 anos. A Polícia Federal Somos Nós.** Disponível em: <<http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia/imprimir/16893>> Acesso em 05 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **História.** [?]. Página da Federação Nacional dos Policiais Federais. Disponível em: . Acesso em: 29/03/2018. FENAPF - Federação Nacional dos Policiais Federais (Brasil). Missão, Visão e Valores. [20--?]. Disponível em: <<http://fenapef.org.br/missao-visao-e-valores/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

FENAPF - Federação Nacional dos Policiais Federais (Brasil). **A prática imoral de apropriação do trabalho intelectual dos subordinados.** 2013b. Disponível em: <<https://www.fenapef.org.br/42502/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015.** Ano 9, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em 30 nov. 2015.

FREITAS, Ramenon de Oliveira. **Reconstruindo a polícia: crítica ao inquérito e demanda social.** Santa Catarina: Ed. Unisul, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Tradução (espanhol): Eduardo Sadier. Da edição de Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 2000 Disponível <<https://drive.google.com/file/d/0ByKFx7W1FnUXNWExOTcOMzMtOTJkZS00MzBiLWI2OWUtN2VmZDhkOWIwMjYz/view?layout=grid&ddrp=1&pid=0ByKFx7W1FnUXYzIhOTFmOGYtZTY0OS00ZTNhLThIMmEtYjQ1ZjkyMGZmYzlj&sort=moddate&desc=true#>> Acesso em 30 nov. 2015.

HERMES, Ivenio. **A Condição da Vontade** (Conditio voluntae). Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/45424>>. Acesso em 06 dez. 2015.

LIMA, Renato Sergio de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de: A Segurança Pública dividida em teoria e prática. **Folha de São Paulo**, Ilustríssima, p. 3, 6 dez. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/12/1714574-a-seguranca-publica-dividida-em-teoria-e-pratica.shtml>> Acesso em 06 dez. 2015.

MACEDO, Fausto; BRANDT, Ricardo; COUTINHO, Mateus. Ex-diretor afirma que tucano extorquiu Petrobrás e recebeu propina de R\$ 10 milhões. **Estadão on-line**. 18/10/2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ex-diretor-da-petrobras-diz-que-pagou-propina-para-ex-presidente-do-psdb/>> Acesso em 03 dez. 2015.

MAGALHÃES, Vera. O fim da greve na PF. Radar On-Line. **Veja On-line**. 21/09/2012. Comentários de leitores. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/governo/cupula-da-pf-comemoracao-liminar-que-praticamente-encerra-movimento-grevista/>> Acesso em 06 dez. 2015.

MOREIRA DA SILVA, Antônio José. **A concentração de poder nas mãos do delegado de polícia como fator de ineficiência da investigação criminal no Brasil**. Artigo Científico. UCAM, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/8024036/UCAM_UNIVERSIDADE_CANDIDO_MENDES_A_CONCENTRA%C3%87%C3%83O_DE_PODER_NAS_M%C3%83OS_DO_DELEGADO_DE_POL%C3%8DIA_COMO_FATOR_DE_INEFICI%C3%8ANCIA_DA_INVESTIGA%C3%87%C3%83O_CRIMINAL_NO_BRASIL>. Acesso em 24 dez. 2015.

MOREIRA DA SILVA, Antônio José; REICHERT, Dimas Ari. **Greve na Polícia Federal: Uma Quebra de Paradigmas na Segurança Pública Brasileira**. Blog Linha Avançada. “em defesa da dignidade policial e do cidadão”. 24/09/2012. Disponível em: <<https://linhaavancada.wordpress.com/2012/09/24/greve-na-policia-federal-uma-quebra-de-paradigmas-na-seguranca-publica-brasileira/>> Acesso em 01 dez. 2015.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ODILLA, Fernanda; HAUBERT, Mariana. Dilma assina medida provisória pró-delegados e gera tensão com a PF. **Folha de São Paulo**, Poder, p. A4, 14 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1532203-dilma-assina-medida-provisoria-pro-delegados-e-cria-problema-com-agentes-da-pf.shtml>> Acesso em 17 nov. 2015.

OLIVEIRA, Renata. **Transparência crítica patrocínio da Prefeitura de Vila Velha a evento de delegados**. 2014. Século Diário. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/16192/8/transparencia-critica-patrocinio-da-prefeitura-de-vilavelha-a-evento-de-delegados-1->>. Acesso em: 06 abr. 2018.

PIERRY, Flávia. Greve dos agentes da Polícia Federal chega ao fim. **Jornal O Globo on-line**. Edição de 16/10/2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/greve-dos-agentes-da-policia-federal-chega-ao-fim-6405259>> Acesso em 30 nov. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª. e 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999/2007.

RIZEK, André; OYAMA. Thais. A autolimpeza da PF. **Revista Veja**. Ed. 1876, p. 38-47, 20/10/2004.

ROVER, Tadeu. **PEC 37 divide agentes e delegados da Polícia Federal**. Consultor Jurídico, 14/06/2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-jun-14/delegados-agentes-policia-federal-divergem-pec-37>> Acesso em 30 nov. 2015.

SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DE GOIÁS. ADPF e **Adepol do Brasil saem em defesa da PEC 37**. 29/06/2012. Disponível em: <<http://sindepol.com.br/site/noticias/adpf-e-adepol-do-brasil-saem-em-defesa-da-pec-37.html>>. Acesso em 29 dez. 2015.

SINPOFESC - Sindicato dos Policiais Federais em Santa Catarina. **O Histórico do Sinpofesc**. (20--?). Página do Sindicato dos Policiais Federais em Santa Catarina. Disponível em: <<http://pfbrasilmelhor.com.br/2015/sinpofesc/>>. Acesso em 30 mar. 2018.

SOARES, Luiz Eduardo; BALESTRERI, Ricardo. A Raiz de nossos problemas de segurança". **Folha de São Paulo**, 18 de maio de 2012. Primeiro Caderno. P. A2. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/05/18/2/#>> Acesso em 30 nov. 2015.

TELLES, Zé. **STJ decide pela legalidade da greve da Polícia Federal**. 2012. Blog Luís Nassif. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/stj-decide-pela-legalidadeda-greve-da-policia-federal>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

VIANNA, Andrea Jubé. Agentes da Polícia Federal apoiam MP contra PEC 37. **Estadão On-line**. 24/06/2013. Disponível em:<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,agentes-da-policia-federal-apoiam-mp-contra-pec-37,1046433>> Acesso em 30 nov. 2015.

VIRNO, Paolo. **Gramática de la multitud**. Para un análisis de las formas de vida contemporâneas. Tradução para o espanhol: Adriana Gómez, Juan Domingo Estop e Miguel Santucho. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SOBRE OS ORGANIZADORES

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO: Profesora y Licenciada en Física, Doctora en Ciencias Física. Directora del Departamento de Física de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad Nacional de Catamarca, Argentina. Editora de la Revista Electrónica “Aportes Científicos en PHYMATH” – Facultad de Ciencias Exacta y Naturales. Profesora Titular Concursada, a cargo de las asignaturas Métodos Matemáticos perteneciente a las carreras de Física, y Física Biológica perteneciente a las carreras de Ciencias Biológicas. Docente Investigadora en Física Aplicada, Biofísica, Socioepistemología y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a fenómenos físicos-biológicos cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas. Participación en disímiles eventos científicos donde se presentan los resultados de las investigaciones. Autora del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Coautora del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Miembro de la Comisión Directiva de la Asociación de Profesores de Física de la Argentina (A.P.F.A.) y Secretaria Provincial de dicha Asociación.

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ: Profesor y Licenciado en Matemática, Candidato a Doctor en Ciencias Humanas. Profesor Titular Concursado, desempeñándose en las asignaturas Matemática Aplicada y Modelos Matemáticos perteneciente a las carreras de Matemática. Docente Investigador en Matemática Aplicada, Biomatemática, Modelado Matemático, Etnomatemática y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a Educación Matemática desde la Socioepistemología cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas y de la Matemática Discreta. Autor del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Coautor del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Desarrollo de Software libre de Ecuaciones en Diferencias, que permite analizar y validar los distintos Modelos Matemáticos referentes a problemas planteados de índole multidisciplinarios. Ex Secretario Provincial de la Unión Matemática Argentina (U.M.A) y se participa en diversos eventos científicos exponiendo los resultados obtenidos en las investigaciones.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actividad sexual 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75
Adultos 10, 13, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 35, 40, 75, 199
África 144, 145, 146, 149, 154, 155, 167, 178
Amazônia 157, 158
Antropologia da dor 157
Artesanato 139, 143, 200
ASD 51, 54, 60

B

Buen vivir 22, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100

C

Caso Dreyfus 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9
Circulação 144 150, 153, 154
Coherencia organizacional 109
Comunicação 1, 6, 9, 63, 85, 126, 133, 142, 160, 165, 166, 176, 183, 187, 188, 189, 195, 196, 203
Cosmovisión andina 93, 94, 95, 97, 98, 99
Cultura 9, 14, 26, 29, 34, 43, 44, 69, 83, 85, 96, 97, 120, 135, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 195, 196
Curas e plantas 144

D

Design 20, 100, 139, 140, 143
Desinstitucionalización 36, 37, 39, 45, 47, 49, 50

E

Economia Solidária 139, 140, 142, 143
Ecuador 36, 68, 70, 71, 76, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101
Envelhecimento e práticas terapêuticas 157
Escrita 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212
Estudos Culturais 183, 185, 194, 195, 196
Evento cultural 198
Extensão universitária 198, 199, 206

F

Fake news 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Fortalezas del carácter 20, 21, 23, 24

G

Gênero 8, 24, 25, 69, 70, 75, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 91, 92, 96, 97, 101, 153, 168, 177, 210

Gerontología 20, 157, 164

H

Historiografia da Mídia 183

Hombres y mujeres mayores 67, 70

I

Identidade 80, 83, 127, 139, 169, 177, 183, 184, 186, 187, 195, 196, 211

Inconsciente 31, 207, 208, 210, 211, 212

Inteligencia emocional 10, 12, 13, 14, 18, 24

J

Juego 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Juicio de coherencia 109, 110, 113, 116

L

Latino-Americano 62, 170

Latrogenia 37

Liderazgo auténtico 93, 97, 98

M

Maria 51, 78, 91, 102, 156, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 194, 195, 196

Memória 64, 100, 128, 133, 145, 169, 183, 184, 185, 186, 187, 194, 195, 196

Movimento sindical 119, 120, 121, 130, 131

Music therapy 51, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 63, 66

N

Niños 28, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 47, 50

Nordoff-Robbins Scales 51

Nueva Socialidad 36, 37, 42, 43, 48, 49

P

Personalidad 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 22, 24, 30, 37, 40, 103

PET Agronomia 198, 200, 205

Polícia Federal 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138

Pós-verdade 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9

Práticas sexuais 67, 70, 71, 72, 73, 75

Preocupación social 37, 49, 50

Psicanálise 207, 208, 210, 212

Psicoanálisis 28, 31, 33, 34, 108

Psicología del desarrollo 20, 26

Psicología Positiva 20, 21, 25, 26, 27

Pulsión 28, 32, 34

R

Rasgos de personalidad 10, 11, 12, 15

Reaproveitamento 139, 142

Relação 6, 7, 8, 53, 62, 64, 65, 80, 90, 123, 125, 132, 133, 140, 150, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 195, 198, 202, 205, 210, 211

Representação psíquica 207

S

Saberes 123, 124, 131, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 169

Salud/salud mental 102, 103, 107

Satisfacción sexual 67, 69, 70, 72, 74, 75

Saúde mental 78, 87, 88, 91, 143

Sensibilidad Social 36, 37, 38, 41, 48, 50,

Sentido subjetivo 109, 111, 112, 116

Significante 28, 32, 33, 34, 178, 207, 209, 210, 211

Sistema carcerário 78, 86, 87, 89, 90

Structural validity 51, 53, 54, 61, 65

Subjetividad 102, 103, 116, 117, 118, 132, 137, 158

T

Trabajo 11, 20, 23, 25, 27, 28, 30, 32, 34, 67, 70, 75, 93, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 116, 117, 118, 123

Trabalho imaterial 119, 120, 123, 124, 125, 127, 137

Traço unário 207, 208, 209, 211, 212

Trindade 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

V

Vejez 20, 21, 25, 26, 69

Violação de direitos 78

Violência contra a mulher 78

Vulnerabilidade 78, 79, 80, 81, 82, 83, 90, 91, 92, 158



**EDITORA
ARTEMIS**